

A GREVE NAS ESTADUAIS PAULISTAS¹
THE STRIKE IN SÃO PAULO STATE UNIVERSITIES

“Eu via a luta eu tava lá

eu vi a luta eu tava lá.”

(Ariano Suassuna)

Fernando Mendonça Heck²

fernandombeck@gmail.com

Franciele Aparecida Valadão³

fran.valadao@hotmail.com

Jane Rosa da Silva⁴

janerosa2006@hotmail.com

Washington Paulo Gomes⁵

wpg_ubatuba@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste texto é abordar, na forma de relato, a greve nas universidades estaduais paulistas deflagrada em maio de 2014. Expor as pautas gerais e os caminhos pelos quais o movimento grevista trilhou ao longo dos 117 dias, a partir da nossa participação junto ao Comando de Greve, da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, e assim contribuir para a publicização e fortalecer o diálogo com os interessados no tema.

Palavras-chave: greve, universidade pública, espaço/contra-espaço

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss about the strike in São Paulo state universities erupted since May 2014. Exposing the general guidelines and the ways by which the strike movement was treading over the three months from our participation by the Strike Comand in the FCT/UNESP,

¹ O presente texto é fruto de um desafio proposto pelo Prof. Antonio Thomaz Junior e aceito por nós para avaliarmos o movimento de greve no qual contribuimos durante seus 117 dias. Agradecemos essa provocação inicial que culminou no artigo e especialmente a Prof^a Sonia Maria Ribeiro de Souza que também revisou o texto e trouxe significativas contribuições.

² Estudante de doutorado em Geografia/FCT/UNESP; editor da Revista Pegada; membro do CEGeT/CETAS; do Comando de Greve da FCT/UNESP; Monitor do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo; Bolsista CNPq.

³ Estudante de Graduação em Geografia; membro do NERA; do Comando de Greve da FCT/UNESP; Monitora do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo.

⁴ Estudante de Graduação em Geografia; membro do Comando de Greve da FCT/UNESP; Monitora do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo.

⁵ Estudante de Graduação em Geografia; membro do Comando de Greve da FCT/UNESP; membro do GAIA; Monitor do Cursinho popular Rosa Luxemburgo; Bolsista de IC/CNPq.

can contribute to publicizing our unified guidelines and dialogue with researchers and activists interested in the issue. However, this text primarily takes the form of a political account of four practical experience within the strike, which does not diminish his contribution but only aims to boost the dialogue in the sphere of political praxis.

Keywords: strike, public university, space/against space

INTRODUÇÃO

As lutas dos trabalhadores se desenrolam por dentro da estrutura material da sociedade: o espaço geográfico (MOREIRA, 2013). Isso significa que o espaço é ordenador do antagonismo de classes e se expressa numa relação de confronto entre espaço/contra-espaço. Ou seja, o espaço hegemônico *versus* sua negação afirmadora que se realiza no conflito de classes afirmando o rompimento com a estrutura espacial existente e propugnando uma nova.

Nesse sentido, o espaço da regulação hegemônica jamais se configura em dominação consensual, pois as lutas de contra-espaço são presentes e demonstram que há mulheres e homens dispostos à lutar pela mudança do ordenamento territorial resultante do metabolismo do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Esse pode ser um entendimento fundamental para compreendermos a greve nas universidades estaduais paulistas, que teve início em maio de 2014 e término no final de setembro. A princípio, as reitorias não apresentaram proposta de negociação e afirmaram o escorchante percentual de reposição das perdas, igual a 0,0% para os docentes e servidores, sob a justificativa nebulosa de comprometimento orçamentário, anunciando uma crise sem precedentes nas universidades, contudo, sem apresentar contrapartidas de medidas austeras quanto à gestão do custeio. Aliás, a mídia comprometida com a ordem, logo se apropriou do discurso das reitorias, propondo como solução o pagamento de mensalidades. Até mesmo sentenciou que 60%⁶ dos alunos poderiam pagar para estudar na Universidade de São Paulo, que em crise orçamentária, aumentaria sua arrecadação a partir da cobrança mensal⁷ (FRAGA e TAKAHASHI, 2014).

Ao passo que propugna a “solução” da privatização da universidade, a mesma mídia não teceu qualquer comentário sobre a natureza da crise orçamentária e financeira. Assumiu o discurso da Reitoria da USP e propugnou a privatização como saída. O que significa a intensificação da

⁶ A conclusão que chegaram os articulistas da Folha de São Paulo não é bem explicada. Aliás, João Sette Whitaker, desmistifica o argumento de que os R\$3,9 mil sugeridos enquanto valores das mensalidades na USP poderiam ser pagos pelos seus alunos, pois: “(...) faltou explicar como 60% dos alunos de uma universidade em que 76% deles vem de famílias com renda de até R\$6.780,00 poderiam comprometer 57,7% dessa renda na mensalidade de apenas um único filho” (WHITAKERR, 2014). Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/blog/2014/8/14/a-usp-no-problema-soluo>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

⁷ Artigo da Folha de São Paulo, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/06/1463535-mensalidade-na-usp-poderia-ser-paga-por-60-dos-alunos.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

privatização da universidade pública uma afronta evidente à existência do ensino público, gratuito e de qualidade, afirmando aquilo que o grande capital espera das universidades, ou seja, a sua despolitização e eficiência operacional⁸.

Contra esse modelo de universidade operacional é que a greve fez valer sua principal energia, como uma luta de contra-espço. Por discordar do posicionamento das reitorias e da grande mídia, professores, funcionários e estudantes decidiram deflagrar greve que não se fundamentou por salários, mas pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e por uma universidade com gestão democrática e não-operacional.

“CRISE” NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS?

A suposta crise vivida por UNESP, USP e UNICAMP, anunciada pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP⁹), em decorrência do comprometimento das instituições com a folha de pagamento impedindo qualquer reajuste, teve início no mês de maio de 2014. Desde então o Fórum das Seis¹⁰, apresentou pauta unificada de reivindicações centrada no aumento de verbas para as universidades estaduais, melhores condições de trabalho, reajuste salarial, programa efetivo de permanência estudantil e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindical.

Desde o início do movimento considerou insuficiente o repasse de verbas via governo estadual que configura o mesmo percentual desde 1995. Para avançar nas pautas apresentadas o movimento grevista julgou essencial o aumento do repasse atual de 9,57% dos recursos advindos do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), pressionando o governo do estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa estadual através de atos e manifestações que tiveram o intuito de mostrar a necessidade do aumento no repasse para 11,6%, tendo em vista a expressiva expansão no número de matrículas e oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas

⁸ Sobre esse assunto, ver a aula magna da Prof. Marilena Chauí durante a greve e disponível na web. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OCWVC6WLBk4>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

⁹ Segundo o Comunicado CRUESP nº 01/2014: “O CRUESP, em reunião realizada nesta data com o Fórum das Seis, decidiu manter os salários de docentes e servidores técnico-administrativos das Universidades Estaduais Paulistas nos valores vigentes atuais. Os altos níveis de comprometimento de orçamento com folha de pagamento – 94,47% na UNESP, 96,52% na UNICAMP e 104,22% na USP não permitem ao CRUESP realizar qualquer reajuste salarial neste momento. Consciente da importância de manter o poder aquisitivo dos salários, e ao mesmo tempo preservar o necessário equilíbrio financeiro das três Universidades, estamos agendando com o Fórum das Seis uma nova reunião na próxima semana, para dar continuidade à pauta e, em setembro/outubro, para reavaliar a situação orçamentário-financeira à luz de novas informações sobre o comportamento do ICMS.” Disponível em: <<http://www.cruesp.sp.gov.br/?p=6651>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

¹⁰ Entidade que congrega as associações de docentes, sindicatos dos trabalhadores e o movimento estudantil das três universidades estaduais paulistas e representantes do Centro Paula Souza.

três estaduais paulistas, aumentando significativamente o número de alunos sem haver a contrapartida orçamentária que mantém o mesmo patamar de 1995.

Foi necessário também, enquanto medida imediata, propor o repasse integral do ICMS, ou seja, sem os descontos destinados à habitação e dívida ativa, já que uma significativa quantia de recursos não foi repassada às universidades, ou seja, 1,77 bilhões até o ano de 2013 (Tabela 1).

Tabela 1 – Repasse do ICMS com desconto

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Habitação	568,12	322,04	662,10	741,19	1.083,00	1.053,00
NFP	203,80	804,00	971,00	1.142,00	1.313,00	1.302,00
1911	555,24	425,40	534,26	667,32	545,00	2.846,70
1913	59,05	82,67	132,82	240,45	32,55	116,50
1919 50	39,61	83,40	128,83	186,66	7,85	68,20
1931 15	34,95	32,85	42,12	57,65	79,56	31,70
1990 99	129,73	167,54	236,66	303,90	296,03	228,80
Total	1.590,50	1.917,90	2.707,79	3.339,17	3.356,99	5.646,90
Valor não repassado	152,21	183,54	259,14	319,56	321,26	540,41

Fonte: Fórum das Seis.

Além disso, a expansão dos cursos de Graduação e Pós-Graduação foi significativa para as três universidades estaduais paulistas no período de 1995-2013. Na UNESP houve aumento de 85% dos cursos de Graduação (de 19.618 para 36.264), e 168% do número de matrículas em cursos de Pós-Graduação para o período, seguido de 75% na USP e 67% para UNICAMP. Em contrapartida, a contratação de docentes e funcionários teve tímido aumento no caso da UNESP (6,7% e -8,4%, respectivamente), diminuiu em 11,9% e 4,9% para a UNICAMP, e aumentou 18,8% e 15,5% respectivamente, para USP (Tabela 2).

O crescimento significativo de matrículas em cursos de Graduação e Pós-Graduação mostra a expansão das três universidades. No entanto, o número de docentes e funcionários, quando cresceu, apresentou variação tímida, sendo que chegou até mesmo a diminuir, como ocorreu na UNESP e UNICAMP. Ora, aumento de alunos e manutenção de praticamente o mesmo quadro de docentes e funcionários do ano 1995 não pode ter outro significado senão a intensificação e precarização do trabalho. Além disso, a redução do quadro de funcionários efetivos pode demonstrar também a ampliação do número de terceirizados, geralmente com contratos de trabalho temporários, baixos salários e mais precarizados.

Tabela 2 – Universidades Estaduais Paulistas: crescimento de 1995 a 2013

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da UNESP, UNICAMP e USP (1996-2014) – Fórum das Seis.

O quadro que temos, então, é o seguinte: expansão exponencial da universidade com aberturas de vários cursos de Graduação e Pós-Graduação, a manutenção do mesmo repasse do ICMS de 1995, e apesar de diferenciado, entre as três Universidades, o efetivo de docentes e funcionários não correspondeu ao crescimento do número de vagas.

Diante disso, como colocar a culpa no comprometimento com a folha salarial, se em 1995 havia basicamente o mesmo número de docentes de hoje? Como culpabilizar os servidores se houve inclusive decréscimo na quantidade total destes? A crise é outra e não se relaciona à folha de pagamento, mas à política irresponsável de expansão sem a contrapartida de recursos compatíveis para isso, como muito bem argumentou o professor João Sette Whitaker, para o caso da USP¹¹.

Curiosamente, as reitorias nada fizeram para buscar junto ao governo do estado aporte suplementar de recursos. Anunciaram a crise financeira (comprometimento com a folha de pagamento) e apresentaram como “solução” o arrocho salarial, com base na impossibilidade de discutir reposição das perdas e reajuste salarial. Ao mesmo tempo, não se buscou qualquer possibilidade de alterar o repasse das verbas do ICMS por parte das reitorias, que poderia aumentar, por exemplo, o repasse para a política de permanência estudantil. A omissão foi completa.

¹¹ Artigo disponível em: <<http://cidadeparaquem.org/blog/2014/8/14/a-usp-no-problema-soluo>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

Coube ao movimento grevista pressionar a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), vinculada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) visando estabelecer o diálogo para o possível aumento do repasse do ICMS. Os parlamentares convidaram as reitorias para uma reunião de discussão juntamente com os representantes do Fórum das Seis, porém a omissão por parte dos reitores se confirmou na medida em que não houve a presença de nenhum representante das reitorias na referida reunião.

A conclusão que podemos apontar sobre o silêncio das reitorias em dialogar com a CFOP tendo em vista a crise financeira anunciada por elas próprias, questiona a própria essência dessa crise e mostra que o posicionamento dos reitores para resolução da mesma é o arrocho salarial. Os reitores optaram, claramente, por sacrificar salários e verbas destinadas à política de permanência estudantil como resolução da “crise financeira”, ao invés de buscar mais recursos junto ao governo estadual, bem como rever suas decisões de atendimento às políticas de expansão de cursos e vagas, em atendimento às negociações políticas, sem a contrapartida do aumento dos repasses, para resolver a questão. Ou seja, prefere-se o arrocho dos salários e a diminuição das verbas destinadas à permanência estudantil do que a indisposição com o governo estadual, sem contar que também defendemos a ampliação dos cursos e das vagas, todavia isso não pode ser objeto de negociações, mas sim fundamentado em planejamento prévio e destinação orçamentária específica.

A GREVE NA FCT/UNESP

Em Presidente Prudente foram decorridos aproximadamente quatro meses de greve, deflagrada por servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes. Para avançar com relação à pauta de reivindicações apostou-se na unificação dos três segmentos o que se mostrou eficaz, principalmente pelo aprendizado político e, conseqüentemente, os resultados alcançados.

Também foram elencadas pautas locais de reivindicações, sendo que os estudantes reivindicavam uma política efetiva de permanência estudantil, a extinção da portaria 257/2010 que, em essência, impede as atividades culturais no campus da FCT/UNESP, e em conjunto com os outros segmentos, demandam a gestão democrática e paritária nos órgãos colegiados.

É preciso lembrar também que no momento em que a greve foi deflagrada, o cenário político local não era favorável, à Associação dos Docentes da Unesp (ADUNESP) havia acabado de se reestruturar e compor a atual diretoria, que se submetera à eleição. O movimento estudantil e o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (SINTUNESP) sentiam o refluxo da última greve na qual houve a explícita criminalização do movimento, sobretudo, em relação ao movimento estudantil,

sendo que dezenas de estudantes sofreram processos administrativos e cerca de 120 foram presos na ocupação da reitoria no mês de julho de 2013.

Foi necessário, então, consolidar as bases e construir no interior do movimento processo de formação política. Assim, procurou-se “povoar” as semanas desde a deflagração da greve com oficinas e espaços de discussão nos quais o objetivo foi aprofundar temas essenciais para avançar nas pautas almejadas. Dentre eles, discutir os rumos das universidades, tendo em vista sua proposta cada vez mais intensa de privatização, precarização das condições de trabalho, gestão democrática e paritária, revogação da portaria local 257/2010, políticas de ações afirmativas e desmilitarização da polícia¹². Além disso, a participação nos atos estaduais nas reitorias da UNESP e da USP e também na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) foi o reforço necessário para o aprendizado político e essencial para as conquistas da pauta estadual e local.

Em decorrência das mobilizações supracitadas a reitoria da UNESP foi pressionada para se posicionar, por duas vezes, sobre sua postura inicial com relação ao 0,0% de reajuste salarial. Neste sentido, por mais que as propostas de R\$250,00 de acréscimo no vale-alimentação e abono salarial estivessem absolutamente distantes da pauta do reajuste salarial¹³ e se configurem numa estratégia desmobilizadora da greve, esse posicionamento da reitoria da UNESP só existiu em decorrência do movimento de greve, o que mostrou a força da mobilização coletiva como componente fundamental para alcançar conquistas almejadas.

Contudo, se o CRUESP dispôs-se a oferecer propostas às bases dos docentes e servidores, não apresentou qualquer postura de negociação à pauta estudantil. E, no campus de Presidente Prudente, essa posição causou desaprovação por parte dos três segmentos unificados.

Discordando da postura do CRUESP, o movimento estudantil em Presidente Prudente aponta que a Moradia Estudantil há tempos convive com a superlotação, havendo a necessidade da construção de novos blocos para suprir a demanda. Quartos disponíveis para duas pessoas são ocupados por três e até quatro estudantes, e por esse motivo, numa das assembleias do movimento grevista que ocorreu na Moradia Estudantil, decidiu-se deliberar pelo posicionamento oficial da UNESP reconhecendo o déficit habitacional na moradia (Figura 1).

¹² A discussão veio à tona, pois nos atos convocados pelo Fórum das Seis em São Paulo havia uma “recepção” com grande quantidade de policiais para conter os grevistas, além disso, em meio à greve ocorreu o assassinato da companheira Luana Barbosa, que foi assassinada por um PM em *blitz* de trânsito no dia 27 de Julho de 2014 em Presidente Prudente, fato que levou ao questionamento do papel desempenhado pela polícia com relação às manifestações populares e o seu despreparo completo quando se trata da questão social.

¹³ Referimo-nos ao seguinte comunicado da reitoria da UNESP: <http://www.unesp.br/Modulos/Noticias/14811/sobre-proposta-apresentada-dia-4-de-agosto_2.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

Figura 1 – Assembleia realizada na Moradia Estudantil da FCT/UNESP



Fonte: Comando de Greve FCT/UNESP.

Outro tema objeto das discussões na FCT foi o Restaurante Universitário (R.U.), que deveria ter por objetivo principal atender os estudantes carentes, assegurando a permanência estudantil, já que não cumpre sua função social, pois não chega a atender nem 10% da comunidade, servindo apenas 300 refeições diárias (almoço) a preços elevados¹⁴ (Tabela 3). Nem mesmo o “Subsídio-Alimentação” recebido por estudantes carentes no valor de R\$70,00 permite acesso às três refeições diárias garantindo somente 1 refeição/dia entre os cinco dias úteis da semana no R.U. Por isso, dentre as pautas locais se reivindica aumento no repasse do subsídio da unidade para efetivamente diminuir o preço das refeições, elevar o número de funcionários para a incorporação do café da manhã e do jantar, além de ampliar o número de refeições servidas (Figura 2).

Tabela 3 - Preços do Restaurante Universitário da FCT/UNESP

Categoria	Preço
Estudantes de Graduação	R\$ 3,50
Estudantes de Pós-Graduação	R\$ 5,00
Servidores Técnico-administrativos	R\$ 7,00
Docentes	R\$ 10,00

Fonte: FCT/UNESP

¹⁴ Uma comparação rápida com a USP já mostra claramente o preço excessivo do R.U. da FCT/UNESP isso porque lá a refeição para o estudante custa R\$1,90 e funcionários R\$2,50. Ademais, o exemplo da UFMS no Rio Grande do Sul é significativo já que com R\$1,20 os alunos com benefício socioeconômico tem acesso a três refeições diárias.

Figura 2 – Assembleia realizada no Restaurante Universitário da FCT/UNESP

Fonte: Comando de Greve FCT/UNESP.

Ainda, se apropriando de algumas informações do manifesto produzido na reunião da Congregação da FCT/UNESP, realizada no dia 17 de março de 2014, em repúdio a ação da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP (PROEX), vimos que, no ano de 2013, a FCT/UNESP conseguiu a aprovação de 244 bolsas e alcançou um montante de recursos na ordem de R\$ 145.061,35, para a implementação dos seus projetos. Contudo, no ano de 2014, apenas 99 bolsas foram ofertadas e R\$ 33.910,00 de recursos aprovados, ou seja, a unidade sofreu um corte de aproximadamente 60% no número de bolsas e de 76% nos recursos repassados aos seus projetos.

Diante do exposto, percebe-se que as demandas em torno da permanência estudantil estão longe de serem resolvidas e continuam existindo por mais que a Reitoria da UNESP insista na fantasia dos “avanços” da pauta estudantil. Assim sendo, temos total clareza que o movimento de greve da FCT/UNESP, possui argumentos contundentes e significativos para discordar, mais uma vez, da postura intransigente da reitoria no que se refere às suas omissões nas reuniões de negociações e também no que tange a efetivação de uma política de permanência estudantil.

PARA ALÉM DAS PAUTAS ECONÔMICAS!

A gestão democrática e paritária, pauta histórica do movimento estudantil, também compareceu na greve. A estruturação dos colegiados de representação estrutura-se a partir de uma diferencialidade no peso dos votos que confere ao segmento docente 70% e aos servidores e estudantes apenas 15%. Isso resulta numa gestão não-democrática já que um segmento tem maior poder de decisão do que outros, sendo crucial para tomadas de decisão nos órgãos colegiados e nas eleições, sobretudo para diretor e reitor.

Na FCT/UNESP o movimento grevista colocou em discussão a gestão democrática e paritária através da criação de uma comissão composta por membros dos três segmentos, com o intuito de pleitear a convocação de uma Congregação Extraordinária local para a ampliação das discussões sobre a paridade. Após a pressão do movimento grevista, a FCT/UNESP inseriu no *site* oficial da unidade um questionário intitulado “paridade na UNESP”, que está disponível para o posicionamento da comunidade¹⁵ e a Congregação foi “auto-convocada” pelos membros da mesma, onde se iniciará as discussões em torno da paridade no âmbito institucional.

Não obstante importante vitória foi alcançada em relação à pauta local com a extinção da Portaria 257/2010, que impedia qualquer tipo de manifestação cultural no campus. Assim, na prática, durante a vigência da greve organizamos vários Cafés da Greve, “Festa Junina da Greve” e outros espaços culturais nas dependências da universidade, as quais seriam barradas por tal Portaria, com o intuito de mostrar seu anacronismo e a necessidade fundamental de se revitalizar as atividades culturais, como importante espaço do conhecimento e socialização, ultrapassando os limites dos laboratórios e grupos de pesquisa.

Assim, as pautas do movimento unificado justificaram a sua própria nomenclatura pois, ultrapassaram os limites da reposição das perdas salariais ou demais cláusulas econômicas, e propugnaram uma universidade mais democrática, e a garantia do caráter público, gratuita e de qualidade.

Contra o arrocho salarial, a precarização das condições de trabalho e em favor da política efetiva de permanência estudantil, entrelaçada pela reivindicação de mais recursos para as universidades públicas, foram aspectos que compuseram a pauta econômica e que nos unificou e mostrou a omissão do CRUESP e, em particular, da Reitoria da UNESP. No entanto, a gestão democrática, paritária e a extinção da Portaria 257/2010, são pautas políticas que não dependeram necessariamente de aportes financeiros, todavia foram fundamentais para a defesa da democratização da universidade. Por isso, reafirmamos: a greve não foi só por salário!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anúncio da crise financeira e orçamentária tendo como motivo principal o comprometimento dos gastos com a folha salarial, não passa de uma fantasia intencional. Ora, as reitorias que fizeram esse “anúncio” sequer buscaram no prazo necessário a CFOP/ALESP para pleitear mais recursos às universidades que mantém o mesmo percentual desde 1995. Tal posicionamento abriu espaço aos oportunistas de plantão e suas reivindicações de privatização da

¹⁵ Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/#!/instituicao/paridade-na-unesp/>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

universidade. Por isso é uma fantasia (porque os dados não fecham) e intencional (já que a “solução” é o arrocho e a “saída” parece ser a privatização).

Com o desfecho da greve atribuindo 5,2% de reajuste salarial e 28,6% de abono aos docentes e servidores técnicos administrativos, derrotou-se a imposição do arrocho salarial e a fantasia intencional do comprometimento orçamentário com os salários dos dois segmentos¹⁶. A posição de não aceitar pacificamente o 0,0% por parte do movimento de greve tornou público o argumento falacioso da “crise”. Além disso, o CRUESP curiosamente anunciou que irá buscar junto ao governo do estado de São Paulo mais recursos para as universidades estaduais paulistas, sem chegar aos patamares dos 11,6% reivindicados pelo movimento de greve, mas sim, que se faça uma revisão dos cálculos do repasse do ICMS direcionando-o sem descontos¹⁷. No entanto, o questionamento que fica é: por qual motivo o CRUESP não buscou antes essa reivindicação, tendo em vista a expansão das universidades? Temos certeza que não se trata de “boa vontade” dos reitores e sim da pressão do movimento de greve ao longo dos 117 dias de duração. Outro questionamento notável se trata da possibilidade de concessão do reajuste mesmo em meio à “crise” anunciada em maio que estipulou o arrocho salarial: o que mudou de maio para setembro já que o reajuste pôde ser oferecido aos trabalhadores se não houve bruscas alterações orçamentárias?

Contudo, se as reivindicações dos trabalhadores avançaram, a pauta da permanência estudantil a nível estadual não obteve maiores progressos, a não ser para a criação dos grupos de trabalho sobre o tema. O desafio da criação de uma política efetiva de permanência estudantil continua presente. Houve avanços significativos em relação a ampliação do debate acerca do tema, porém, nada de concreto foi alcançado. Com o intuito de intensificar os estudos no âmbito estadual, houve a criação de um Grupo de Trabalho sobre o tema, junto ao CRUESP e o Fórum das Seis. Na FCT/UNESP, também foi criada uma comissão para debater este assunto sendo que, a mesma sugeriu à criação de um Programa Estadual de Permanência Estudantil, solicitando mais recursos e estabelecendo critérios de seleção para os estudantes contemplados em forma de projeto de lei. A proposta foi encaminhada para a apreciação do CRUESP e aos deputados da ALESP.

Outra conquista, mesmo que indiretamente, do movimento de greve foi à politização das instâncias deliberativas da universidade (órgãos colegiados), tais como, a Congregação, o Conselho Universitário (C.O) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), este último responsável por barrar a criação de 22 cursos de engenharias à distância durante o período de greve. Entende-se que os órgãos colegiados devem discutir de forma minuciosa os itens da pauta levados a cada reunião, pois, nas mesmas são decididos os caminhos que a universidade deve

¹⁶ Ver o boletim do Fórum das Seis disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/database/2014/forum/2014_09_18.pdf>. Acesso em 22 set. 2014.

¹⁷ Ver a notícia do jornal Estadão Online, disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cruesp-vai-pedir-revisao-de-repasse-do-icms-as-universidades-paulistas,1557523>>. Acesso em: 23 set. 2014.

trilhar ao longo dos anos. O que se via com frequência nestas reuniões eram pautas extensas, cujos itens eram em sua maioria aprovados em bloco sem o devido debate a respeito de cada ponto. Além disso, percebeu-se também que os membros das congregações em várias unidades da UNESP conseguiram se unir de forma conjunta entre os três segmentos e aprovaram diversas cartas de repúdio as ações intransigentes da Reitoria em relação à omissão nas negociações. Estas são conquistas fundamentais que não envolvem recursos, mas, demonstram que a organização coletiva pode enfrentar e conquistar pautas importantes também nos órgãos colegiados, como o exemplo da extinção da Portaria 257/2010 na FCT/UNESP.

Ademais, a democracia é um assunto urgente nas universidades estaduais paulistas e é outro tema que procuraremos avançar no âmbito local a partir de uma Congregação Aberta sobre a temática da paridade. Tivessem as três baseadas na gestão democrática, paritária e verdadeiramente participativa, possivelmente não teríamos presenciado o disparate que representou o 0,0% de reajuste (e foi derrotado), inexistência de uma política efetiva de permanência estudantil e o fantasioso argumento de crise devido à massa salarial. Portanto, a luta política se casa às reivindicações econômicas. É preciso uma universidade verdadeiramente democrática e não operacional para que as condições de trabalho e estudos não sejam alvo da precarização, nada irá mudar enquanto vigorar a estrutura de poder baseada no 70-15-15.

Por fim, o que ficou evidente com a greve foi que não se tratou de mera disputa econômica/corporativa. Mas sim de uma luta política e social geral como bem afirmou o Professor Osvaldo Coggiola¹⁸. Na verdade presenciamos um conflito entre a defesa de um projeto de universidade operacional e privatizada *versus* a universidade pública, gratuita e de qualidade. Uma disputa entre aqueles que querem reduzi-la à formadora de mão de obra para o grande capital e outros que propugnam o livre pensar crítico. A greve significou a negação do que está posto e a afirmação de que outro modelo de universidade é possível.

REFERÊNCIAS

COMUNICADO sobre proposta apresentada dia 4 de agosto. **Gabinete da Reitoria da UNESP**, São Paulo, 15 ago. 2014. Disponível em: <http://www.unesp.br/Modulos/Noticias/14811/sobre-proposta-apresentada-dia-4-de-agosto_2.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

COGGIOLA, O. A insustentável leviandade do Zago... e de alguns outros. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/26/a-insustentavel-leviandade-do-zago/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/26/a-insustentavel-leviandade-do-zago/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

FÓRUM avalia que o movimento é vitorioso e decisivo na defesa das estaduais paulistas. **Boletim do Fórum das Seis**, São Paulo, 18 set. 2014. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/database/2014/forum/2014_09_18.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

FRAGA, E. TAKAHASHI, F. Mensalidade na USP poderia ser paga por 60% dos alunos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/06/1463535-mensalidade-na-usp-poderia-ser-paga-por-60-dosalunos.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NOVA reunião será agendada para próxima semana. **Comunicado CRUESP**, São Paulo, n. 01, 13 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.cruesp.sp.gov.br/?p=6651>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 941 f. Tese (Livre-docência em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TOLEDO, L. F. Cruesp vai pedir revisão de repasse do ICMS às universidades paulistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 set. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cruesp-vai-pedir-revisao-de-repasse-do-icms-as-universidades-paulistas,1557523>>. Acesso em: 23 set. 2014.

WHITAKKER, J. S. A USP não é problema é solução! **Blog Cidades Para Que(m)?** São Paulo, 15 ago. 2014. Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/blog/2014/8/14/a-usp-no-problema-soluo>>. Acesso em: 24 ago. 2014.